



# BOLETIM INFORMATIVO REGIONAL DE JI-PARANÁ 2025

Vigilância Socioassistencial  
Porto Velho - 2025



**Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do  
Desenvolvimento Social - SEAS/RO**

**MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS**

Governador do Estado de Rondônia

**LUANA NUNES DE OLIVEIRA SANTOS**

Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social

**BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO**

Diretor Técnico de Políticas Públicas

**FABIANE APARECIDA PASSARINI**

Coordenadora Estadual de Assistência Social

**NÁLEI DE CARVALHO SOBRINHO**

Gerente da Gestão do SUAS

**Equipe da GSUAS**

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo

Bruno Puccinelli

Denir Mattara de Souza

Dulcianni de Fátima Monteiro Barros Ignácio

Gisele Akemi Kimura Iguchi

Greicielle Kassila Alves de Alencar

**Equipe de elaboração**

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo - Redação

Denir Mattara de Souza - Tabulação de dados

Greicielle Kassila Alves de Alencar - Gráficos e Editoração

## Sumário

|                                                                                                                                                                              |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Introdução.....</b>                                                                                                                                                    | <b>4</b>  |
| <b>2. Proteção Social Básica (PSB).....</b>                                                                                                                                  | <b>7</b>  |
| 2.1 Estrutura Física.....                                                                                                                                                    | 8         |
| 2.2. Recursos Humanos.....                                                                                                                                                   | 9         |
| <b>2.3 Serviços.....</b>                                                                                                                                                     | <b>11</b> |
| 2.3.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....                                                                                                       | 11        |
| 2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....                                                                               | 13        |
| 2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....                                                                                                        | 15        |
| <b>3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.....</b>                                                                                                          | <b>16</b> |
| 3.1 Estrutura Física.....                                                                                                                                                    | 17        |
| 3.2 Recursos Humanos.....                                                                                                                                                    | 18        |
| <b>3.3 Serviços.....</b>                                                                                                                                                     | <b>19</b> |
| 3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI).....                                                                                                     | 19        |
| 3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)..... | 21        |
| 3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).....                                                                               | 23        |
| 3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.....                                                                                                                        | 25        |
| 3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....                                                                                                            | 27        |
| <b>4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.....</b>                                                                                                           | <b>28</b> |
| 4.1 Estrutura Física.....                                                                                                                                                    | 29        |
| 4.2 Recursos Humanos.....                                                                                                                                                    | 31        |
| <b>4.3 Serviços de Acolhimento Institucional.....</b>                                                                                                                        | <b>33</b> |
| 4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.....                                                                                                | 34        |
| 4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;.....                                                                                                                | 35        |
| 4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;.....                                                                                                             | 36        |
| 4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;.....                                                                                                    | 37        |
| <b>5. Considerações finais.....</b>                                                                                                                                          | <b>37</b> |

## 1. Introdução

O presente boletim informativo apresenta análise regionalizada com base nos resultados do monitoramento realizado no ano de 2024 pela equipe técnica da Vigilância Socioassistencial do Estado de Rondônia. Diante da análise geral dessa equipe, observou-se a necessidade de uma devolutiva territorializada, para qualificar a intervenção dos agentes públicos e fortalecer as gestões municipais, promovendo maior aderência entre as necessidades da população e a oferta de serviços socioassistenciais. Portanto, a análise territorial da rede socioassistencial exposta neste boletim revela-se fundamental para orientar o planejamento, a gestão e a execução de serviços, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009).

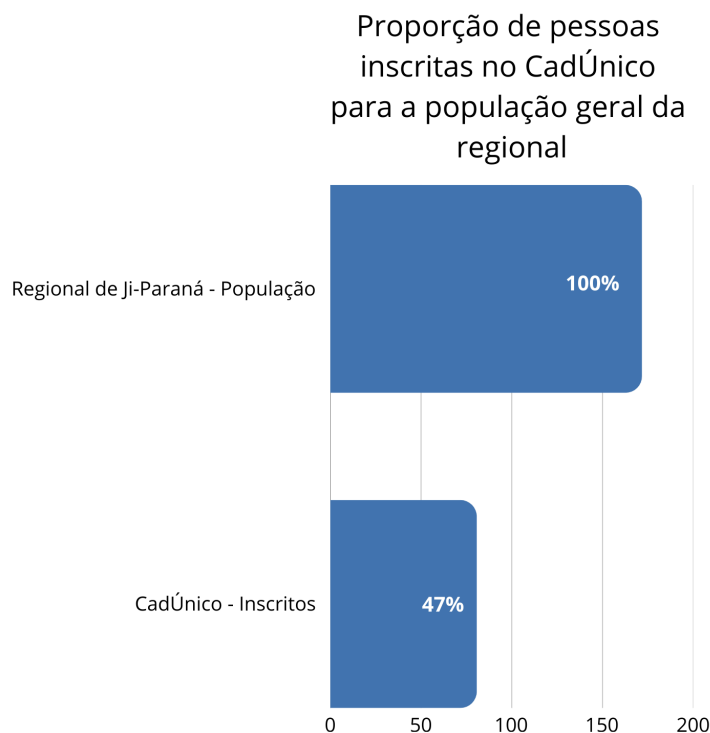
Tal iniciativa insere-se no esforço de aprimoramento contínuo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista a centralidade de suas três funções — Proteção Social, Defesa de Direitos e Vigilância Socioassistencial — conforme estabelecido na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS). Essas funções, interdependentes e complementares, materializam a efetividade da política pública na medida em que atuam de forma articulada para assegurar a prevenção, proteção e promoção de direitos.

O monitoramento realizado contemplou a avaliação dos equipamentos socioassistenciais do estado de Rondônia, com foco nos eixos de recursos humanos, estrutura física e serviços socioassistenciais tipificados. A metodologia adotada baseou-se em visitas *in loco*, reuniões técnicas e aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas direcionadas a coordenadores e técnicos de referência. O processo foi conduzido de forma dialógica, por meio de rodas de conversa que possibilitaram a escuta qualificada sobre as práticas desenvolvidas em cada equipamento.

As análises foram realizadas em conformidade com a Resolução nº 14/2023/SEAS-CEASRO, que estabelece indicadores para a classificação da qualidade da oferta em cinco categorias: Irregular, Insuficiente, Suficiente, Regular e Superior. Dessa forma, os resultados sistematizados neste relatório buscam oferecer subsídios técnicos para a reflexão crítica e a proposição de estratégias de fortalecimento da gestão e da rede socioassistencial municipal, de modo a contribuir para a consolidação da assistência social como política pública setorial de proteção social no Estado de Rondônia.

O estado de Rondônia é dividido em 10 regiões de planejamento da SEAS, na qual a região analisada neste boletim é a Regional de Ji-Paraná, que compreende os municípios de Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Presidente Médici, Teixeiraópolis e Urupá.

De acordo com o Censo Demográfico 171.758 pessoas residem nos municípios desta regional (IBGE, 2022). Neste ano de referência haviam cerca de 80.744 pessoas inscritas no CadÚnico, o que corresponde aproximadamente a 47% da população regional.

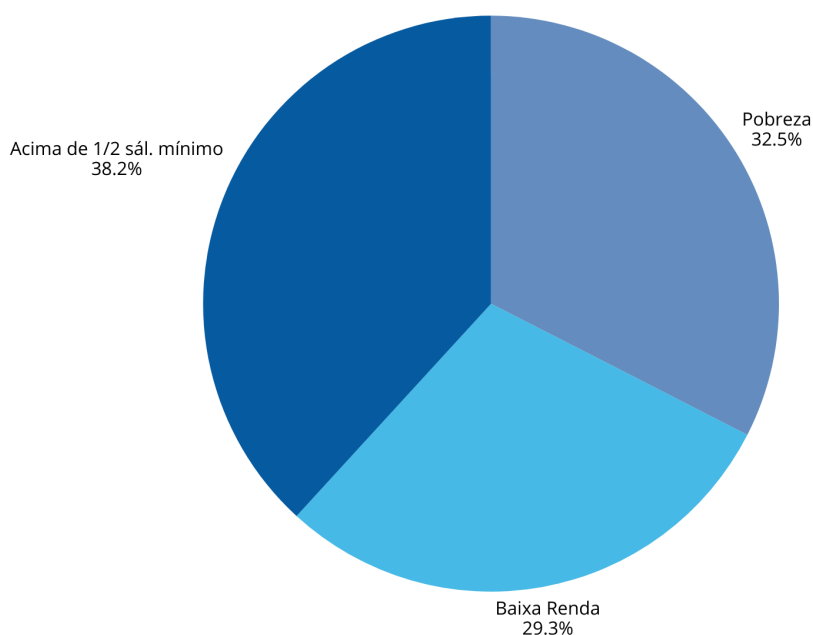


**Gráfico 1**

**Fonte:** Censo IBGE (2022) e CECAD (2022)

Na última referência (nov. 2025) a população de usuários inscritas na regional é de 84.570 pessoas, destas cerca de 32,5% estavam em situação de pobreza (ou seja, a renda per capita da família é até R\$ 218,00 reais), 29,3% em situação de baixa renda (acima de R\$ 218,00 até meio salário mínimo) e aproximadamente 38,2% acima de meio salário mínimo, ou seja, o dados do CadÚnico indicam que cerca de 61% da população inscrita na regional encontra-se em condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, com renda per capita até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, o que corresponde à aproximadamente 52.266 pessoas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Proporção de Pessoas por Faixa de Renda

**Gráfico 2**

Fonte: CECAD (2025)

Entretanto, deve-se levar em consideração que melhorias na cobertura do CadÚnico podem evidenciar outras famílias em vulnerabilidade que não foram alcançadas pela política pública de assistência social. Os últimos dados disponíveis no CadÚnico (nov/2025) apontam que só as pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo (pobreza + baixa renda) distribuídas em 19.204 famílias, média geral de 2,72 pessoas por família. Em relação à oferta na proteção social básica a região conta com 9 (nove) Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) destes:

- 4 CRAS grande porte capaz de referenciar até 5.000 famílias;
- 5 CRAS de pequeno porte I capaz de referenciar até 2.500 famílias;

Desta forma, a rede da região é capaz de atender a demanda potencial de 32.500 famílias, capacidade superior ao público em vulnerabilidade socioeconômica que atualmente encontra-se qualificada na base de dados do CadÚnico. Estes dados indicam que a capacidade potencial máxima da regional ainda não foi completamente atingida. Deste modo, com base nos indicadores apresentados, a regional ainda é capaz de atender potencialmente cerca de 13.296 famílias, portanto não deve-se perder de vista as especificidades de cada território municipal e do fator amazônico capaz de pressionar a oferta da rede e exigir maiores investimentos em sua infraestrutura e recursos humanos.

Nesse sentido, deve-se observar que o território apresenta elevada complexidade, marcada por uma combinação de vulnerabilidades sociais, grande extensão geográfica e diversidade socioterritorial específicas dos fatores amazônicos e a área de grande extensão impõe desafios significativos à gestão e à oferta de políticas públicas.

Distribuídas nesta extensão territorial encontram-se complexidades inerentes ao contexto amazônico, como a presença de terra indígena (Ex. T.I. Uru-Eu-Wau-Wau e T.I. Igarapé Lourdes), populações ribeirinhas, distritos e diversas áreas rurais com famílias de agricultores familiares, assentados e vivendo distribuídas por todo território regional.

No meio urbano, a vulnerabilidade manifesta-se por meio da concentração populacional em áreas periféricas, carência de infraestrutura básica e desigualdades de acesso aos serviços públicos, enquanto nas zonas rurais persistem o isolamento geográfico, a precariedade das vias de transporte e as limitações no acesso a políticas estruturantes para o desenvolvimento socioeconômico.

Essa combinação de vulnerabilidades urbanas e rurais, somada à vastidão territorial e à diversidade étnica e sociocultural, exige um olhar sensível e estratégias diferenciadas de atuação do Sistema Único de Assistência Social, pautadas na territorialização, na intersetorialidade e na valorização das especificidades locais.

Considerando esse contexto, a seguir são apresentados os dados do monitoramento da rede socioassistencial, com destaque para a oferta de serviços da Proteção Social Básica e Especial, bem como as condições estruturais e de recursos humanos das unidades. Essa análise busca oferecer uma visão integrada sobre a capacidade de resposta do município às demandas sociais do território, evidenciando avanços, desafios e oportunidades para o aprimoramento da gestão e da execução dos serviços.

## **2. Proteção Social Básica (PSB)**

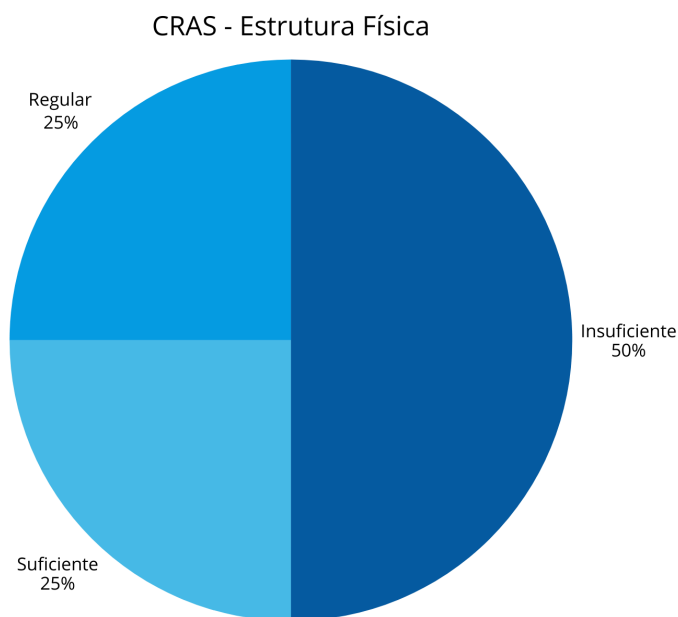
A proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sua principal porta de entrada. O CRAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção básica em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS como um todo. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária. O espaço configurado como “porta de entrada” para a Assistência Social precisa estar de acordo com os parâmetros estabelecidos no Caderno de Orientação do CRAS, para que desse modo os serviços da rede socioassistencial sejam ofertados da maneira mais adequada e dentro do estabelecido pela NOB-SUAS.

### **2.1 Estrutura Física**

A análise do presente eixo tem como objetivo compreender a capacidade e a conformidade da estrutura física e material do equipamento com as orientações técnicas com vista à oferta qualificada dos CRAS e dos Centros de Convivências.

Na Regional de Ji-Paraná, o monitoramento evidenciou que os CRAS monitorados foram classificados: 50% insuficiente, 25% suficientes e 25% regulares.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:



**Gráfico 3**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em diversos equipamentos observou-se uma infraestrutura sólida e coerente com os parâmetros definidos pelas orientações técnicas do SUAS. Algumas unidades funcionam em prédios novos ou construídos seguindo a planta padrão, o que garante ambientes adequados para atendimentos individuais, coletivos e administrativos. Nesses casos, a existência de salas distintas para coordenação, equipes técnicas, reuniões e oficinas contribui para o fluxo ordenado de usuários e para a organização interna dos serviços. Ambientes climatizados, bem iluminados e ventilados favorecem o acolhimento, fortalecendo o caráter protetivo dos serviços socioassistenciais.

Também se destacam unidades com boa oferta de espaços de convivência, incluindo áreas externas, ambientes multiuso que acomodam grupos maiores. Esses elementos estruturais ampliam o leque de atividades possíveis, favorecendo a oferta do SCFV e de ações comunitárias. A acessibilidade, embora parcial em algumas unidades, encontra-se presente em determinados equipamentos, especialmente no que diz respeito a banheiros adaptados e circulação interna. Ainda, equipamentos com conexão adequada à internet, computadores, impressoras e mobiliário padronizado apresentam melhores condições para registro, planejamento, coordenação e execução dos serviços.



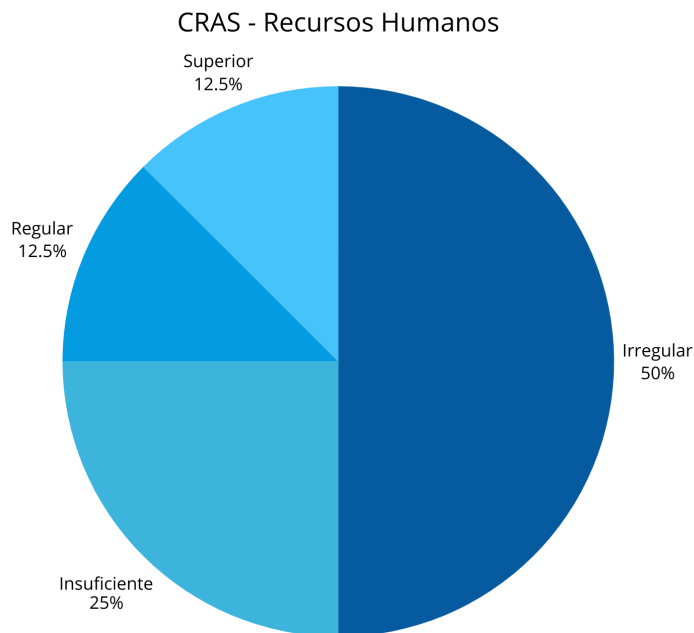
- **Pontos Fracos:** Em parte expressiva dos equipamentos foram identificados entraves estruturais que impactam diretamente a qualidade da oferta. Há casos de unidades em espaços improvisados devido a reformas, onde a estrutura atende apenas minimamente ao necessário, comprometendo acessibilidade, organização de fluxos e identificação institucional. Ambientes sem placa de identificação visível, recepções desprovidas de instrumental de registro ou sem definição clara de procedimentos dificultam o ordenamento da demanda e prejudicam o acesso ao serviço pelos usuários. Em alguns equipamentos, a ausência de salas individuais inviabiliza atendimentos com privacidade, obrigando equipes a compartilhar ambientes ou interromper atividades para garantir sigilo.

Também se verificam fragilidades relacionadas à inadequação do espaço físico, especialmente em equipamentos instalados em imóveis originalmente destinados a fins comerciais, sem salas apropriadas para planejamento, reuniões técnicas ou atividades psicossociais. Banheiros sem acessibilidade, ausência de recepção, divisórias improvisadas que não garantem privacidade e ambientes compartilhados com outros setores da administração municipal interferem negativamente na execução dos serviços. Em algumas unidades, identificou-se ainda uso do equipamento para atividades que não pertencem ao escopo da proteção social básica, o que compromete a ambiência institucional e desorganiza o cotidiano de trabalho. Além disso, há casos em que o horário de funcionamento está abaixo do previsto pelas normativas, limitando a capacidade de atendimento e diminuindo o tempo útil para planejamento e ações coletivas.

## 2.2. Recursos Humanos

O segundo eixo corresponde aos recursos humanos que foram monitorados tendo como base as normativas técnicas e as orientações técnicas setoriais. Neste eixo o monitoramento evidenciou a seguinte classificação em relação aos recursos humanos como: 50% irregular, 25% insuficiente, 12,5% regular e 12,5% superior.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:



**Gráfico 4**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- Pontos Fortes:** Parte dos equipamentos apresenta composição de equipe alinhada às normativas, com coordenador, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e orientadores sociais em número suficiente para a execução do PAIF e do SCFV. Nessas unidades, observa-se integração entre os profissionais, divisão clara das funções e atuação concentrada na proteção social básica, favorecendo a execução dos serviços tipificados. Em alguns equipamentos do SCFV, há presença de equipes amplas, incluindo orientadores/educadores sociais distribuídos por oficinas, profissionais de apoio à alimentação e serviços gerais, além de recursos humanos dedicados exclusivamente às atividades de convivência. Esse arranjo demonstra maior capacidade de organização dos grupos, diversificação de atividades e fortalecimento da oferta continuada.

Em outros casos, o quadro técnico apresenta estabilidade e vinculação adequada ao equipamento, com práticas regulares de planejamento, supervisão e reuniões de equipe. Na proteção social básica, a presença de profissionais do Cadastro Único contribui para integração das ações e facilita o atendimento das demandas de vulnerabilidade que envolvem benefícios, atualização cadastral e acompanhamento das condicionalidades. Já no SCFV, unidades que possuem equipes completas demonstram maior capacidade de execução de oficinas, acompanhamento de grupos e fortalecimento das ações socioeducativas.
- Pontos Fracos:** Persistem fragilidades significativas na composição das equipes em vários equipamentos, especialmente decorrentes de mudanças

de gestão, vacâncias, desligamentos e ausência de reposição dos profissionais. Em alguns locais, o quadro técnico encontra-se reduzido a uma ou duas pessoas, sem equipe psicossocial completa e sem orientadores sociais, o que limita profundamente a execução do PAIF, do SCFV e das ações da equipe volante. Há situações em que a equipe técnica de referência praticamente não existe, restando apenas coordenadores ou cadastradores, o que compromete o caráter continuado, sistemático e planejado dos serviços. Em outros equipamentos, a sobreposição de funções e acúmulo de atividades administrativas ou externas — como acompanhamentos ao INSS ou execução de tarefas de outros programas — retira dos profissionais o tempo necessário para atuar nos serviços socioassistenciais conforme preveem as normativas.

No SCFV, a coordenação acumula múltiplas funções, incluindo limpeza, preparação de alimentos e condução de oficinas, revelando déficit acentuado de pessoal. A ausência de orientadores sociais suficientes compromete a dinâmica das atividades coletivas, reduz o número de grupos e impacta o alcance do serviço no território. Além disso, a falta de atualização cadastral dos profissionais nos sistemas oficiais evidencia fragilidades na organização administrativa e na gestão local do trabalho.

## **2.3 Serviços**

### **2.3.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) constitui a principal oferta da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo executado obrigatoriamente nos CRAS. Seu objetivo é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos e promovendo o acesso a direitos socioassistenciais e às demais políticas públicas. O PAIF atua de forma territorializada, priorizando o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, articulando ações individuais e coletivas que visam à melhoria da qualidade de vida e à superação das desigualdades.

Na Regional de Ji-Paraná, os dados de monitoramento apontam que os serviços foram classificados: 50% irregulares, 12,5% suficientes e 37,5% regulares.

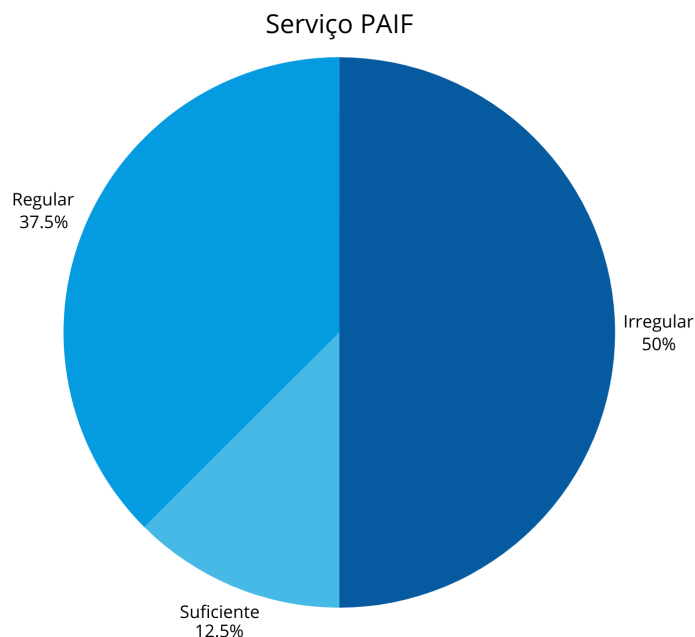


Gráfico 5

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em alguns territórios observou-se que o PAIF mantém execução contínua e alinhada às normativas, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento regular das famílias, utilização de Prontuário Físico ou Eletrônico e elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar. Nesses locais, a organização dos instrumentais e o monitoramento da assiduidade dos grupos contribuem para maior clareza sobre a dinâmica de participação e sobre os fatores que influenciam engajamento, ampliando a capacidade analítica da equipe. Houve também evidências de que campanhas, palestras e ações educativas têm sido realizadas, fortalecendo a presença do serviço no território e promovendo temas relevantes como direitos socioassistenciais, convivência familiar e comunitária e prevenção de violências.

Outro ponto positivo refere-se à realização de grupos regulares do PAIF em algumas unidades, com o devido acompanhamento das famílias e indivíduos. Esse cenário demonstra articulação adequada entre atendimento individualizado e ações coletivas, o que é coerente com a natureza preventiva e protetiva do serviço. Além disso, a organização dos fluxos internos e o conhecimento da demanda ativa pela equipe técnica indicam maturidade institucional do serviço nesses territórios, garantindo continuidade e maior eficácia das ações protetivas ofertadas às famílias.

- **Pontos Fracos:** De forma recorrente, constatou-se ausência de equipe técnica em vários equipamentos, situação agravada por processos de

transição de gestão que interromperam integralmente a oferta do PAIF. A falta de profissionais inviabilizou desde os atendimentos individuais até a realização de grupos, impactando diretamente o acompanhamento familiar e ocasionando descontinuidade de vínculos. Em alguns locais, a equipe estava em processo de contratação, mas a interrupção prolongada comprometeu a efetividade do serviço e reduziu a capacidade de resposta frente às situações de vulnerabilidade e risco no território.

Também foram observados cenários em que o PAIF estava sendo executado de maneira parcial ou inadequada, com ausência de prontuário físico, inexistência de Plano de Acompanhamento Familiar e descontinuidade dos grupos de família. Em determinados territórios, a alta demanda por situações de violação de direitos absorveu toda a capacidade da equipe, resultando no deslocamento das funções centrais do PAIF e numa atuação predominantemente reativa. Isso gerou desvio em relação à tipificação do serviço, especialmente pela falta de ações preventivas, ausência de acompanhamento continuado das famílias e fragilidade na articulação com outros serviços e benefícios. Por fim, foram observados riscos relacionados ao manejo inadequado de informações, incluindo repasse indevido de banco de dados do Cadastro Único e uso de sistemas privados sem integração com o MDS, comprometendo a regularidade e integridade dos registros da política de assistência social.

Em síntese, a análise do PAIF na Regional de Ji-Paraná evidencia avanços pontuais na manutenção da oferta, porém ainda marcada por desafios significativos relacionados à qualidade do serviço. A predominância de classificações consideradas regulares indica um patamar mínimo de funcionamento, mas com sinais de fragilidade que podem comprometer a efetividade do trabalho social com famílias.

### **2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas**

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (PSB/DPcDI) tem como objetivo principal prevenir situações de risco e isolamento social, promovendo a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o acesso a direitos. O serviço visa assegurar que pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade social recebam acompanhamento continuado, voltado à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social, por meio de visitas domiciliares, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial e desenvolvimento de ações de convivência e cuidado no território.

Na Regional de Ji-Paraná, o serviço encontra-se fragilizado, com o monitoramento evidenciando que o serviço está classificado como irregular em todos os municípios

da regional, o que demonstra a ausência de condições mínimas para o pleno funcionamento e a execução adequada das ações previstas no escopo do PSB/DPcDI.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em alguns territórios, verificou-se que, apesar de não existir equipe própria destinada ao serviço, demandas espontâneas são acolhidas e encaminhadas à equipe do PAIF, garantindo ao menos uma resposta inicial às necessidades identificadas. Essa integração, ainda que limitada, demonstra que as equipes mantêm certa sensibilidade para o atendimento de pessoas idosas e com deficiência que procuram a unidade, evitando ausência total de suporte e contribuindo para que situações críticas não permaneçam completamente invisíveis.
- **Pontos Fracos:** De maneira geral, o serviço não está estruturado conforme previsto na Tipificação Nacional, apresentando forte invisibilidade e baixa institucionalização. A ausência de equipe própria, o não funcionamento regular e a inexistência de diagnóstico territorial sobre o público-alvo comprometem severamente a capacidade de identificação, prevenção e atendimento das demandas domiciliares. Em vários territórios, o serviço não é ofertado ou é realizado apenas de forma eventual, mediante demanda espontânea, sem planejamento, busca ativa ou monitoramento sistemático. Essa ausência de organização demonstra fragilidade na proteção às pessoas idosas e com deficiência em situação de vulnerabilidade, reforçando a necessidade de maior integração com a vigilância socioassistencial e com os demais serviços da proteção social básica.

Em conclusão, a análise revela que o PSB/DPcDI na Regional de Ji-Paraná ainda não está consolidado enquanto oferta efetiva da rede socioassistencial. A inexistência de equipe e planejamento específicos, somada ao desconhecimento técnico sobre suas finalidades, impede que o serviço cumpra sua função estratégica de promoção da inclusão e da proteção social de pessoas idosas e com deficiência. O fortalecimento do serviço requer sua institucionalização no planejamento municipal, investimento em formação continuada e integração com as demais políticas públicas, de modo a garantir que esse público tenha acesso regular, qualificado e humanizado à proteção social básica.

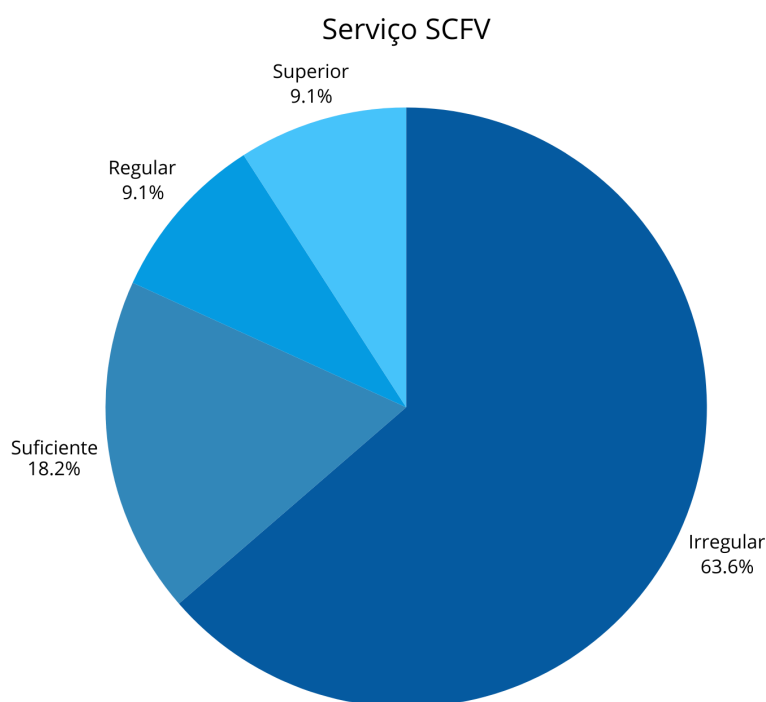
### **2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Básica do SUAS e tem como objetivo complementar o trabalho social com

famílias, prevenindo situações de risco social e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. O serviço é ofertado de forma grupal, organizada por faixas etárias, e busca promover o desenvolvimento de potencialidades, a convivência intergeracional e o acesso a experiências culturais, esportivas e artísticas, contribuindo para o protagonismo e a autonomia dos usuários.

Na Regional de Ji-Paraná, o monitoramento apontou que o serviço foi classificado como: 63,6% como irregular, 18,2% como suficiente, 9,1% como regular e 9,1% como superior.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:



**Gráfico 6**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em alguns territórios, observou-se um SCFV estruturado, com grupos regulares para diferentes faixas etárias, atividades diversificadas e acompanhamento pela equipe técnica do CRAS. Nesses locais, as atividades incluem oficinas, esportes, ações educativas e encontros semanais, demonstrando organização interna, planejamento e presença efetiva do serviço na rotina dos usuários. A articulação com o CRAS para acompanhamento dos grupos e da equipe também contribui para maior qualificação da oferta e permite que o SCFV cumpra sua função de fortalecer vínculos familiares e comunitários. Em determinados contextos, mesmo

diante de limitações estruturais, foram mantidas atividades alternativas para preservar vínculos — como encontros com idosos — demonstrando esforço institucional para evitar ruptura completa na oferta.

- **Pontos Fracos:** A falta de orientadores sociais e de equipe técnica adequada foi um dos principais fatores que impediram a execução do SCFV em diversos territórios, resultando na paralisação completa das atividades. Em alguns casos, processos de transição de gestão também interromperam a oferta, enquanto em outros observou-se execução parcial, com ausência de referenciamento ao CRAS e falta de articulação com as famílias acompanhadas pelo PAIF. Em certos locais, grupos estavam sendo realizados com quantitativos superiores ao permitido, ultrapassando o limite de 30 participantes, ou ofertando atividades desconectadas dos eixos estruturantes do SCFV, como “eu comigo”, “eu com os outros” e “eu com a cidade”.

Também foram identificados casos em que o serviço funcionava, mas não atendia plenamente à sua tipificação, com oferta reduzida de grupos, ausência de acompanhamento sistemático por parte da equipe técnica do CRAS e pouca integração com públicos prioritários, como famílias com descumprimento de condicionalidades ou beneficiários de programas sociais. Esses fatores demonstram fragilidade na capacidade de planejamento, monitoramento e execução do SCFV, comprometendo sua finalidade de promover a convivência, fortalecer vínculos e prevenir situações de risco.

Em síntese, o SCFV na Regional de Ji-Paraná apresenta potencial de fortalecimento, especialmente diante das boas práticas observadas, mas ainda enfrenta desafios para consolidar uma oferta contínua, articulada e planejada na rede pública.

### **3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.**

A proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) sua principal porta de entrada. O CREAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção especial em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária.



### 3.1 Estrutura Física

Na Proteção Social Especial, a análise das condições estruturais dos CREAS da Regional de Ji-Paraná evidenciou um cenário de regularidade (50% suficiente e 50% regular), o que indica que os equipamentos apresentam estrutura minimamente adequada ao atendimento aos usuários.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:



**Gráfico 7**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Os equipamentos visitados apresentam uma estrutura que, em grande parte, contempla os ambientes necessários para o funcionamento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial. Há salas destinadas a atendimentos individualizados, atendimentos psicossociais, atendimentos em grupo e atividades específicas, demonstrando capacidade de acolher diferentes modalidades de intervenção. Em alguns equipamentos, destaca-se a existência de banheiros com acessibilidade, copa/cozinha, salas administrativas e ambientes adequados para atividades coletivas, favorecendo a organização do trabalho e a fluidez das rotinas. Também se verifica a presença de equipamentos de informática e internet, elementos essenciais para o registro e acompanhamento técnico dos usuários, além de viabilizar articulação com a rede

- **Pontos Fracos:** Apesar de haver salas destinadas ao atendimento, nem todos os espaços oferecem condições adequadas de privacidade e sigilo profissional. Em algumas unidades, a presença de divisórias de PVC com janelas de vidro nos ambientes de atendimento compromete a confidencialidade, especialmente em serviços que lidam com situações de violação de direitos. Ambientes como arquivo, almoxarifado e guarda de alimentos encontram-se compartilhados no mesmo espaço físico, o que afeta a organização institucional e coloca em risco a segurança das informações registradas nos prontuários. Além disso, há banheiros sem acessibilidade adequada, o que limita o atendimento pleno de pessoas com deficiência e reduz a inclusão no equipamento. Esses elementos sinalizam a necessidade de reorganização e requalificação física para ampliar a funcionalidade dos espaços e aprimorar as condições de atendimento.

Em síntese, os CREAS da Regional de Ji-Paraná apresentam condições adequadas para prestação do serviço, devendo investir na melhoria da acessibilidade e organização das informações, a exemplo do mapa territorializado, para elevar os indicadores regionais quanto à estrutura física e material.

### 3.2 Recursos Humanos

No tocante aos recursos humanos, verificou-se que todos CREAS analisados apresentavam a seguinte classificação “regular” no eixo de recursos humanos. Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** De modo geral, os equipamentos contam com equipes técnicas formadas por profissionais de nível superior e médio, organizadas de forma a atender aos serviços tipificados. A presença de coordenadores, assistentes sociais, psicólogos e profissionais administrativos possibilita o desenvolvimento das ações previstas nas normativas da Proteção Social Especial, além de demonstrar esforço continuado para manter equipes estruturadas. Em algumas unidades, verifica-se alinhamento ao parâmetro mínimo de composição profissional, garantindo condições para execução dos serviços com qualidade técnica.

A existência de equipes completas em determinados equipamentos também favorece a continuidade dos acompanhamentos, o planejamento interno, a articulação com a rede e a realização de atendimentos psicossociais. Ademais, alguns técnicos atuam simultaneamente em serviços que demandam articulação intensa, indicando capacidade de adaptação e resposta às demandas locais, ainda que isso gere sobrecarga em determinadas situações.

- **Pontos Fracos:** Em algumas unidades, foi identificado um quadro reduzido de profissionais frente à demanda apresentada, envolvendo a execução

simultânea de serviços como PAEFI, Medidas Socioeducativas e Abordagem Social pela mesma equipe. Isso acarreta sobrecarga, fragmentação das ações e risco de não atendimento integral das necessidades dos usuários, sobretudo em serviços que exigem planejamento contínuo e acompanhamento intensivo. Há referências à ausência de determinados profissionais essenciais, como psicólogos e assistentes sociais em cuidado especializado, comprometendo a oferta interdisciplinar prevista na tipificação.

Também foram mencionadas situações em que equipes técnicas do CREAS acumulam funções externas à atribuição do equipamento, como apoio a unidades de acolhimento, o que reduz a capacidade operacional e afeta a qualidade do trabalho nos serviços próprios da Proteção Social Especial. Essas lacunas apontam para a necessidade de adequação da força de trabalho e reorganização das atribuições para garantir compatibilidade entre demanda e capacidade técnica.

Em conclusão, a análise dos recursos humanos dos CREAS da Regional de Ji-Paraná revela a sobrecarga identificada não apenas reduz a qualidade dos atendimentos, mas também ameaça a sustentabilidade das ações no médio e longo prazo. Assim, torna-se imprescindível o fortalecimento da política de gestão do trabalho no SUAS, com foco em planejamento de pessoal, valorização profissional e educação permanente, assegurando condições dignas de trabalho e uma oferta qualificada dos serviços socioassistenciais.

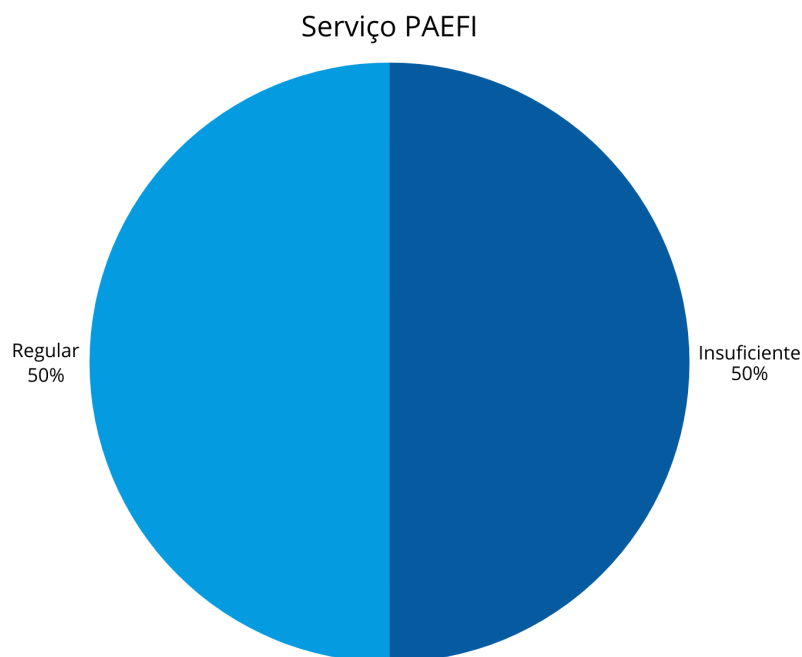
### **3.3 Serviços**

#### **3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI)**

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é uma oferta tipificada no âmbito do SUAS que integra o trabalho desenvolvido nos CREAS. Seu objetivo é prestar apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados. O serviço atua de forma articulada com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, buscando restaurar vínculos familiares e comunitários e promover o fortalecimento da autonomia e proteção social dos usuários.

No monitoramento realizado na regional de Ji-Paraná evidenciou a seguinte classificação: 50% insuficiente e 50% regular. O que demonstra distanciamentos significativos entre a qualidade da oferta entre municípios da mesma regional.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

**Gráfico 8**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em alguns equipamentos, o serviço apresenta conformidade com diretrizes nacionais, incluindo acompanhamento regular das famílias, manutenção de prontuários físicos e eletrônicos e realização de atendimento técnico adequado. Há empenho na articulação com a rede intersetorial e na identificação de públicos prioritários, especialmente no enfrentamento de situações de violência. Além disso, observa-se atenção a demandas emergentes, como situações de discriminação e violação de direitos, demonstrando sensibilidade às dinâmicas sociais do território.

A organização dos registros e a realização de acompanhamentos contínuos representam pontos positivos, evidenciando esforço de manutenção das rotinas técnicas. Ademais, a presença de equipe capacitada para lidar com situações de vulnerabilidade e risco contribui para respostas mais qualificadas e alinhadas às necessidades das famílias e indivíduos.

- **Pontos Fracos:** Há unidades em que o PAEFI não está alinhado aos parâmetros da Tipificação Nacional, resultando em execução parcial do serviço e possível inadequação às demandas da população. Em especial, a ausência de fluxos temporais de acompanhamento, sobretudo em casos envolvendo mulheres em situação de violência, limita a efetividade do trabalho. Também foi identificado que grupos e atividades coletivas não vêm

sendo realizados, tanto por questões de baixa adesão quanto por dificuldades organizativas, reduzindo o alcance das ações socioeducativas de reincidência de violação de direitos.

A articulação intersetorial e a referência/contrarreferência também se mostram fragilizadas em alguns contextos, prejudicando a integralidade da atenção. Além disso, a inexistência de atividades de mobilização, diagnósticos específicos e orientações jurídico-sociais compromete a abordagem sistêmica das violações de direitos. Esses elementos revelam lacunas importantes no planejamento e na execução do serviço.

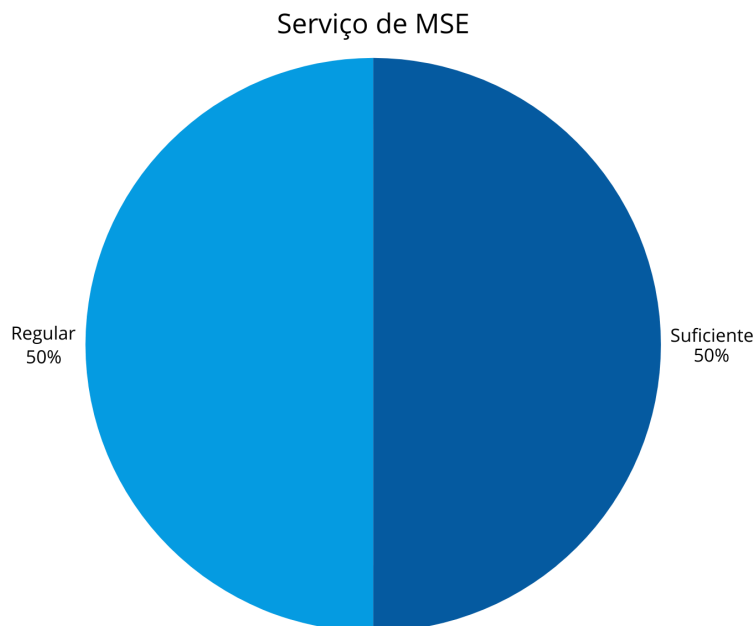
De modo geral, o PAEFI na regional de Ji-Paraná demonstra avanços na consolidação da oferta e na manutenção de equipes técnicas capacitadas, contudo, ainda requer investimentos contínuos na contratação e qualificação profissional, na utilização plena dos instrumentos técnicos e na articulação intersetorial. O fortalecimento desses aspectos é essencial para garantir que o serviço cumpra integralmente sua função protetiva e promova respostas mais efetivas às situações de violação de direitos acompanhadas nos CREAS.

### **3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).**

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é uma oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade executada no âmbito dos CREAS. Seu objetivo é acompanhar e apoiar adolescentes em cumprimento de medidas determinadas pelo Judiciário, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a corresponsabilização pelos atos cometidos e a construção de novos projetos de vida. O serviço busca assegurar o acompanhamento técnico sistemático, o acesso a políticas públicas e oportunidades de inserção social, educativa e profissional.

Na regional de Ji-Paraná, os dados do monitoramento indicaram que 50% dos serviços avaliados foram classificados como regular e 50% como suficiente, refletindo um cenário de boa execução do serviço no território da regional.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:



**Gráfico 9**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em unidades onde o serviço está estruturado, observa-se organização do acompanhamento socioeducativo, realização do PIA, encaminhamentos para a rede intersetorial e articulação com serviços públicos pertinentes. Há registros adequados e acompanhamento contínuo do adolescente em cumprimento de medida, garantindo atenção técnica e acompanhamento processual. A equipe demonstra capacidade de articulação e sensibilidade às demandas individuais dos usuários, contribuindo para execuções mais alinhadas às diretrizes da socioeducação.
- **Pontos Fracos:** Em muitos contextos, o serviço é executado pela mesma equipe responsável pelo PAEFI, o que gera sobrecarga e pode comprometer a qualidade do processo socioeducativo. A ausência de equipe exclusiva resulta em dificuldades para realizar acompanhamento adequado das famílias, articulação com outros serviços e discussão interdisciplinar dos casos, fragilizando a compreensão integral das situações. Há também unidades em que a MSE é absorvida pelo CRAS devido à inexistência de CREAS, o que cria distorção na lógica da política e prejudica tanto a Proteção Social Especial quanto a Básica.

Outro problema identificado é a fragilidade da articulação intersetorial, elemento essencial para o êxito das medidas socioeducativas em meio aberto. Falhas nos fluxos de referência, pouca atuação integrada com políticas como educação, saúde e segurança pública e insuficiência de

formação continuada da equipe reduzem a capacidade de oferecer intervenções efetivas e baseadas em abordagens especializadas.

O serviço de MSE na regional de Ji-Paraná demonstra potencial de aprimoramento, especialmente por já apresentar experiências exitosas em parte dos municípios. O fortalecimento dessas ações contribuirá para a efetividade das medidas socioeducativas e para o cumprimento do papel protetivo e socioeducativo do serviço, ampliando as oportunidades de ressocialização e reinserção social dos adolescentes acompanhados.

### **3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).**

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (PSE/PCDIF) tem como finalidade prevenir a violação de direitos, reduzir situações de isolamento e promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida desse público. Ele integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e é executado no âmbito dos CREAS ou em equipamentos específicos como o Centro-Dia. O serviço busca oferecer apoio e acompanhamento especializado às pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade, bem como a suas famílias, garantindo o acesso a direitos e o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

Na regional de Ji-Paraná, o monitoramento identificou que os serviços prestados estavam: 33,3% suficiente e 66,7% irregular.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

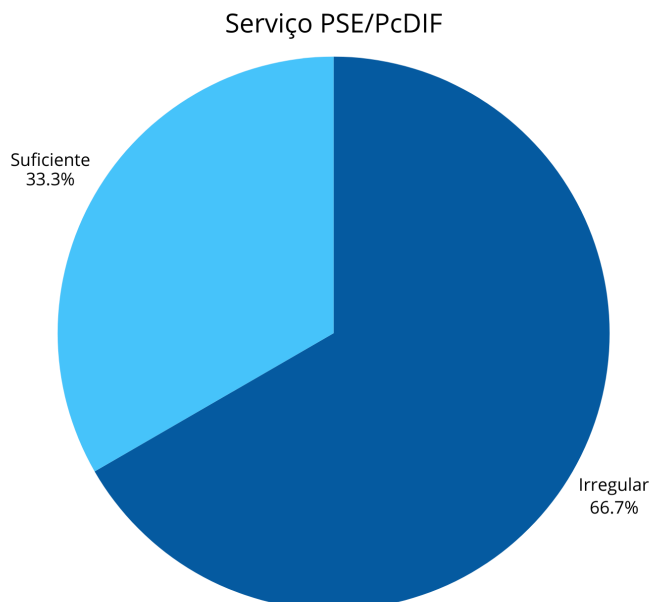


Gráfico 10

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** O serviço demonstra bom nível de execução quando realizado por equipes especializadas em equipamentos como Centro Dia, especialmente no atendimento ao público com deficiência. Há organização interna, oferta de atividades compatíveis com o perfil atendido e atenção às demandas específicas desse segmento. A atuação qualificada permite acompanhamento próximo, fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de ações que valorizam autonomia, convivência e cuidado especializado. A boa condução operacional indica maturidade técnica da equipe e capacidade de implementar práticas adequadas ao atendimento especializado.
- **Pontos Fracos:** Apesar da boa execução, a ausência de referenciamento do serviço ao CREAS compromete a gestão territorial, dificultando o monitoramento de usuários, a articulação com a rede de proteção e a definição de fluxos institucionalizados. Essa desconexão pode gerar fragilidade na construção de linhas de cuidado e no acompanhamento continuado, sobretudo pela falta de Plano de Acompanhamento Individual ou Familiar, ferramenta central na Política de Assistência Social. Observa-se também lacuna na oferta destinada à população idosa, resultando em cobertura incompleta e desigual entre os públicos previstos na Tipificação. Esses aspectos indicam a necessidade de maior alinhamento organizacional e aprimoramento das estratégias de acompanhamento.

A análise evidencia que o PSE/PCDIF na regional de Ji-Paraná apresenta um funcionamento ainda incipiente em grande parte das unidades, carecendo de fortalecimento institucional e técnico. O avanço na efetividade do serviço depende



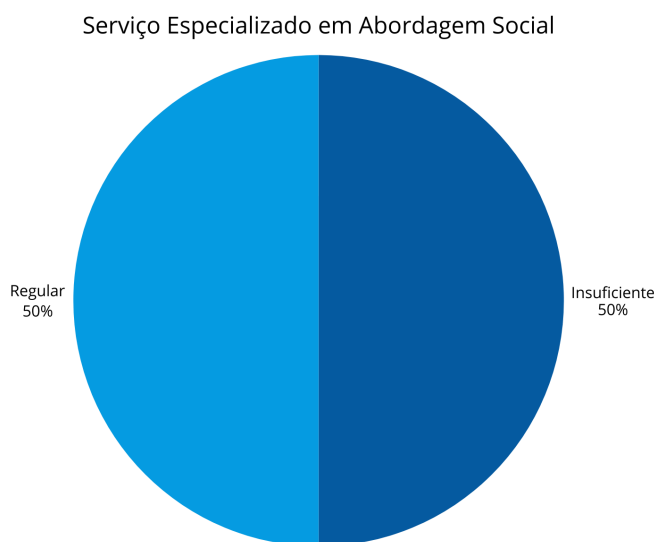
da implementação de um planejamento estruturado, da definição clara de papéis na equipe e do aprimoramento da articulação intersetorial e intrarrede. A consolidação desses elementos é fundamental para que o serviço alcance seu propósito de garantir proteção integral, autonomia e dignidade às pessoas com deficiência e idosas acompanhadas pela rede socioassistencial.

### 3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.

O Serviço Especializado em Abordagem Social tem como objetivo identificar e acompanhar pessoas e famílias em situação de rua ou em contextos de violação de direitos nos espaços públicos, estabelecendo vínculos de confiança, escuta qualificada e encaminhamentos necessários para inclusão na rede socioassistencial e demais políticas públicas. Trata-se de um serviço essencial da Proteção Social Especial de Média Complexidade, responsável por garantir o acesso a direitos básicos, promover a proteção social proativa e contribuir para a superação de situações de risco e exclusão social.

Na regional de Ji-Paraná, o monitoramento indicou que 50% das unidades foram classificadas como insuficiente e 50% regular, o que sugere atenção das gestões municipais para que possam investir nas equipes responsáveis pelo serviço.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:



**Gráfico 11**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em alguns contextos, o serviço apresenta estrutura consolidada, com equipe específica, conhecimento do território e organização de saídas em frequência regular. Há atenção aos locais que concentram pessoas em situação de rua ou potenciais situações de violação, como trabalho infantil e exploração sexual, o que demonstra leitura adequada do território. Os encaminhamentos realizados para Cadastro Único e demais serviços socioassistenciais revelam articulação com a rede e capacidade de promover acesso a direitos. Esse conjunto de ações indica compreensão da função protetiva e da abordagem social como porta de entrada qualificada da proteção social especial.
- **Pontos Fracos:** Em outros cenários, a atuação ainda é limitada à realização de saídas pontuais, predominantemente diurnas e orientadas por relatos de terceiros, o que reduz o alcance territorial e contraria o caráter proativo que o serviço exige. A ausência de planejamento sistemático de visitas a pontos estratégicos — como áreas de fluxo intenso, rodoviária, praças, postos de combustível e outros locais com potencial risco de exploração — demonstra fragilidade na cobertura. Também foram identificadas dificuldades relacionadas à capacitação da equipe, especialmente considerando o manejo de situações de conflito, proteção integral de crianças e adolescentes e articulação com órgãos como Conselhos Tutelares e forças de segurança. Tais lacunas comprometem a eficácia do serviço e a proteção de populações em risco.

O monitoramento evidencia que o Serviço Especializado em Abordagem Social na regional de Ji-Paraná se encontra em processo de consolidação, necessitando de fortalecimento técnico e operacional para garantir sua efetividade. A baixa regularidade das ações, somada à ausência de equipes específicas, limita o alcance da proteção social e a capacidade de resposta às situações de vulnerabilidade presentes nos territórios. O fortalecimento da proteção social proativa, com equipes estruturadas, planejamento sistemático e articulação permanente com o CREAS e demais serviços da rede SUAS, é fundamental para que o serviço cumpra plenamente sua função de assegurar o acesso à cidadania e à dignidade às pessoas em situação de rua e em risco social.

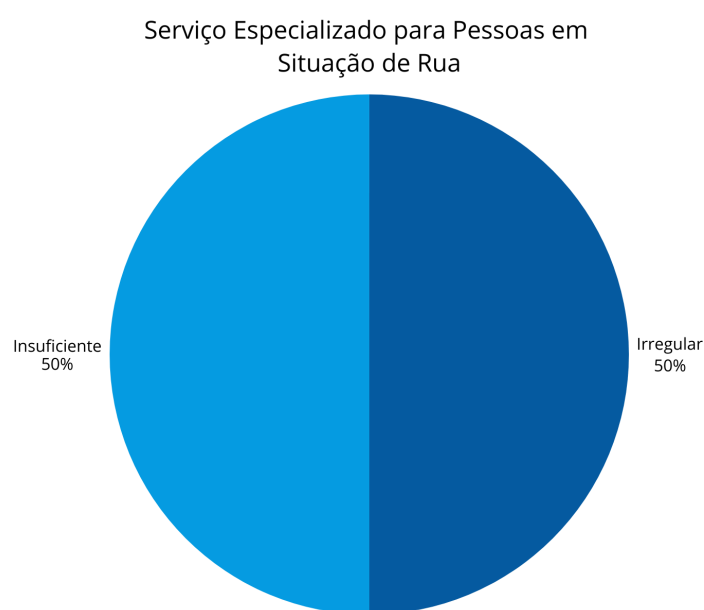
### **3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.**

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e tem como finalidade garantir atenção e acompanhamento especializados a indivíduos e famílias em situação de rua, promovendo o acesso a direitos, fortalecimento de vínculos e reconstrução de

trajetórias de vida com dignidade. Esse serviço deve oferecer acolhimento diurno, espaços para higiene pessoal, alimentação, guarda de pertences e encaminhamentos para as demais políticas públicas, atuando de forma articulada para promover a inclusão social e reduzir as vulnerabilidades extremas vivenciadas por esse público.

Na regional de Ji-Paraná, o monitoramento apontou que: 50% irregular e 50% insuficiente. Esse cenário reflete a necessidade de ampliação da cobertura e da qualidade do serviço, especialmente diante da crescente demanda de pessoas em situação de rua na capital e em municípios adjacentes.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:



**Gráfico 12**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em situações pontuais, ainda que restritas, há esforços no sentido de ao menos realizar encaminhamentos iniciais para serviços como Cadastro Único, unidades de acolhimento e órgãos de documentação civil. Esses atendimentos representam algum nível de acolhida mínima e tentativas de articulação com a rede de proteção, mesmo diante das limitações estruturais e operacionais encontradas.
- **Pontos Fracos:** De modo geral, o serviço enfrenta limitações severas que comprometem sua implantação plena, a começar pela ausência de estrutura

física adequada no equipamento responsável. A falta de espaço apropriado impede ações como atendimentos continuados, atividades coletivas, orientações e organização de processos de acompanhamento que integrem a construção de diagnósticos e planos de acompanhamento familiar. As intervenções acabam reduzidas a encaminhamentos básicos, sem desenvolvimento das ações socioeducativas e intersetoriais previstas na Tipificação. Em alguns territórios, o serviço sequer é executado, resultando em uma lacuna significativa na proteção social para um público historicamente exposto à violação de direitos. A fragilidade na articulação com outras políticas públicas e na busca ativa também compromete a resposta institucional a um fenômeno que exige abordagens complexas e interdisciplinares.

O monitoramento evidencia que o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua na regional de Ji-Paraná enfrenta desafios estruturais e operacionais que limitam seu alcance e impacto. A ausência de espaços adequados e de recursos essenciais, como alimentação e higiene, inviabiliza o cumprimento pleno de seus objetivos. É urgente fortalecer a política de atenção à população em situação de rua, com investimentos em infraestrutura, ampliação de equipes especializadas e consolidação de unidades de Centro POP, garantindo condições para uma atuação humanizada, contínua e alinhada às diretrizes nacionais da assistência social.

#### **4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.**

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como finalidade garantir acolhimento e proteção integral a indivíduos e famílias que se encontram temporariamente afastados do convívio familiar e comunitário, em razão de situações de abandono, violência, negligência e violação de direitos. No âmbito da regional de Ji-Paraná, essa modalidade abrange diferentes tipologias de serviços de acolhimento institucional, voltados a crianças e adolescentes, idosos, mulheres em situação de violência. Esses serviços buscam assegurar abrigo seguro, atendimento humanizado e acompanhamento técnico que favoreça a reconstrução dos vínculos familiares e a reintegração social dos usuários.

A seguir, serão apresentados os dados do monitoramento da proteção social especial de alta complexidade na regional de Ji-Paraná, contemplando as condições de oferta, estrutura física, composição das equipes e qualidade dos serviços prestados nas unidades de acolhimento, de modo a evidenciar os avanços, desafios e pontos que requerem fortalecimento para assegurar a efetividade da política de assistência social nesse nível de proteção.

## 4.1 Estrutura Física.

A análise da estrutura física das unidades de acolhimento da regional de Ji-Paraná considerou, de forma agregada, os serviços voltados a crianças e adolescentes, adultos, mulheres em situação de violência e pessoas idosas. Essa agregação permitiu uma visão mais abrangente sobre as condições de funcionamento e adequação dos espaços às exigências da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que pressupõe ambientes acolhedores, seguros e capazes de garantir privacidade, acessibilidade e condições dignas de permanência aos usuários. A classificação alcançada a partir das visitas foi de que 57,1% das unidades se encontravam em estado regular, e 42,9% em suficiente.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

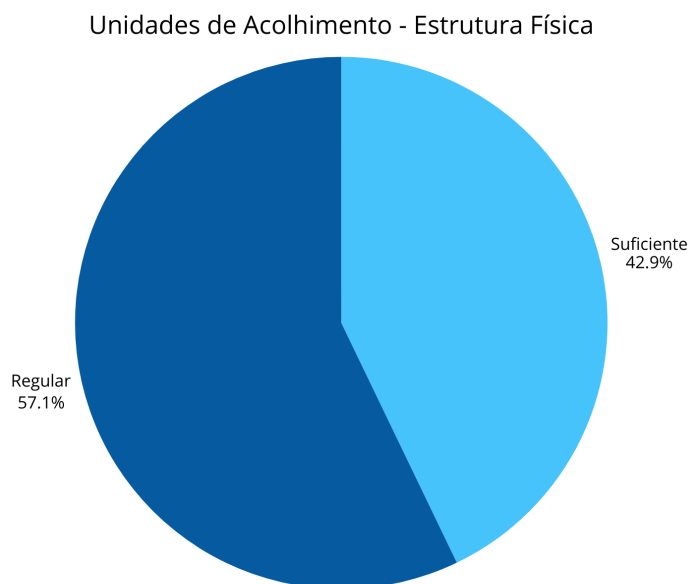


Gráfico 13

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Algumas unidades de acolhimento apresentam estrutura física bem organizada e satisfatória, com ambientes climatizados, quartos com capacidade adequada, salas destinadas à coordenação e ao atendimento técnico, além de áreas externas destinadas à convivência e recreação. Em diversos equipamentos, observou-se que os espaços internos estavam limpos, ventilados e organizados, com separação funcional entre áreas administrativas, dormitórios e espaços de convivência, o que favorece o fluxo interno e a rotina dos acolhidos. Equipamentos que dispõem de

cozinha, lavanderia e ambientes estruturados para recepção das crianças e adolescentes demonstram condições mínimas favoráveis ao cuidado cotidiano. Em algumas unidades, também há presença de espaços externos amplos, com quintais arborizados, pátios cobertos e áreas potencialmente adequadas para atividades socioeducativas, mesmo quando parcialmente subutilizadas. A existência de computadores e conexão com a internet, ainda que com limitações de acesso, indica condições básicas para registro, planejamento e acompanhamento técnico.

- **Pontos Fracos:** Por outro lado, parte significativa das unidades apresenta limitações estruturais que interferem diretamente na proteção e no bem-estar dos acolhidos. Em alguns equipamentos, os espaços destinados ao acolhimento são reduzidos, com circulação limitada e quartos subdivididos por materiais improvisados, como divisórias de PVC desgastadas, o que compromete privacidade, conforto e ambiência. A acessibilidade é uma fragilidade recorrente, com banheiros sem adaptações, rotas inacessíveis e ausência de adequações essenciais para acolhidos com deficiência. Em estruturas mais antigas, foram identificados pisos danificados, mau cheiro persistente nos quartos, mobiliário inadequado e áreas de convivência pouco funcionais, como pátios cobertos por zinco onde são realizadas refeições, o que prejudica conforto térmico e salubridade. A inexistência de materiais pedagógicos, culturais e esportivos é comum e limita a oferta de atividades essenciais ao desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes. Há unidades sem refeitório adequado, sem biblioteca, sem climatização completa dos dormitórios e sem veículo próprio, o que compromete deslocamentos e a rotina de atendimento. Em alguns casos, o espaço externo está em desuso e não cumpre sua função de promover convivência e interação entre os acolhidos. Essas fragilidades demonstram desigualdade na qualidade estrutural entre unidades e evidenciam a necessidade de reorganização física e ambiência institucional em parte dos equipamentos.

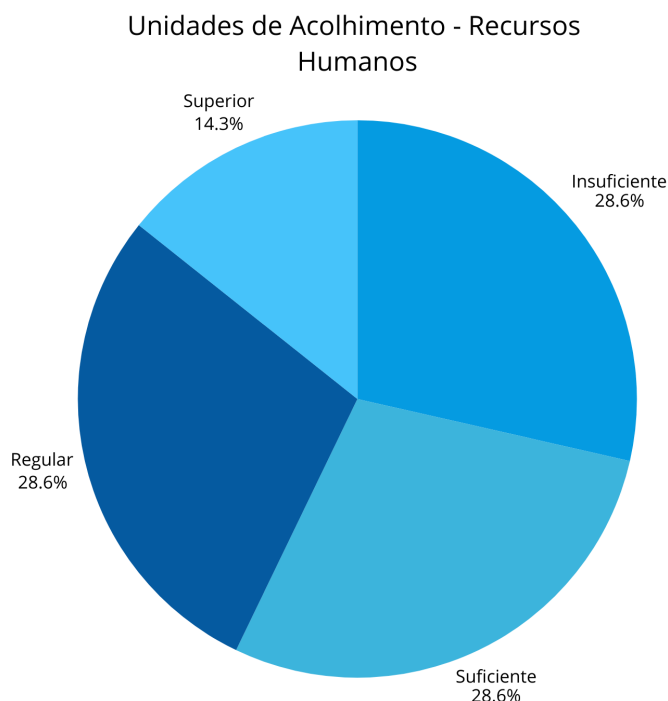
De modo geral, os resultados indicam boas condições físicas das unidades de acolhimento, entretanto reforça-se a necessidade de investimentos contínuos na acessibilidade e melhoria dos espaços físicos para assegurar condições adequadas de acolhimento e atendimento humanizado aos diferentes públicos atendidos pela rede no território.

## 4.2 Recursos Humanos

No que se refere aos recursos humanos das unidades de acolhimento da regional de Ji-Paraná, o monitoramento revelou um quadro de regularidade, com locais pontuais onde perpetua certa fragilidade, especialmente no que diz respeito à composição e ao dimensionamento das equipes. Cerca de 14,3% foram

classificadas como superior, 28,6% como insuficiente, 28,6% como regular e 28,6% como suficiente.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional de Ji-Paraná:



**Gráfico 14**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Há unidades em que a equipe se encontra completa e alinhada às normativas, com coordenador, assistente social, psicólogo, cuidadores e profissionais de apoio atuando de forma integrada. Em tais situações, a organização do trabalho demonstra coerência com as exigências da proteção social especial e possibilita o acompanhamento contínuo dos acolhidos. Em alguns equipamentos, observou-se estabilidade e regularidade na atuação dos profissionais, o que contribui para rotinas mais estruturadas, planejamento adequado e maior segurança afetiva aos acolhidos. A presença de equipe de referência vinculada ao órgão gestor, ainda que compartilhada, indica articulação mínima entre gestão e unidades, favorecendo processos de acompanhamento e de registro. Em determinados contextos, o número de cuidadores é adequado para garantir a supervisão e cuidado cotidiano das crianças e adolescentes, o que fortalece a execução do serviço.

- **Pontos Fracos:** Entretanto, diversas unidades enfrentam fragilidades significativas no quadro de pessoal, revelando sobrecarga, acúmulo de funções e ausência de profissionais essenciais para o atendimento. Em alguns equipamentos, a coordenação centraliza demandas administrativas, judiciais e operacionais, dificultando o cumprimento das atribuições previstas para a função. Há casos em que não existe equipe técnica própria, sendo a demanda atendida por profissionais de outros serviços, como CRAS ou CREAS, o que prejudica a continuidade do acompanhamento e descaracteriza a estrutura do serviço de acolhimento. Em outras situações, a equipe está incompleta, com ausência de assistente social, psicólogo ou educadores sociais, fundamentais para o planejamento, execução e avaliação das ações socioeducativas. Também foram registradas situações em que um mesmo profissional acumulava responsabilidades em áreas distintas, como coordenação do acolhimento e vigilância socioassistencial, o que compromete a qualidade das duas funções. A insuficiência de cuidadores em alguns equipamentos fragiliza a rotina, especialmente em turnos noturnos ou em atendimentos a crianças pequenas. Essas lacunas revelam necessidade de maior estabilidade, dimensionamento e organização do trabalho nas unidades de acolhimento avaliadas.

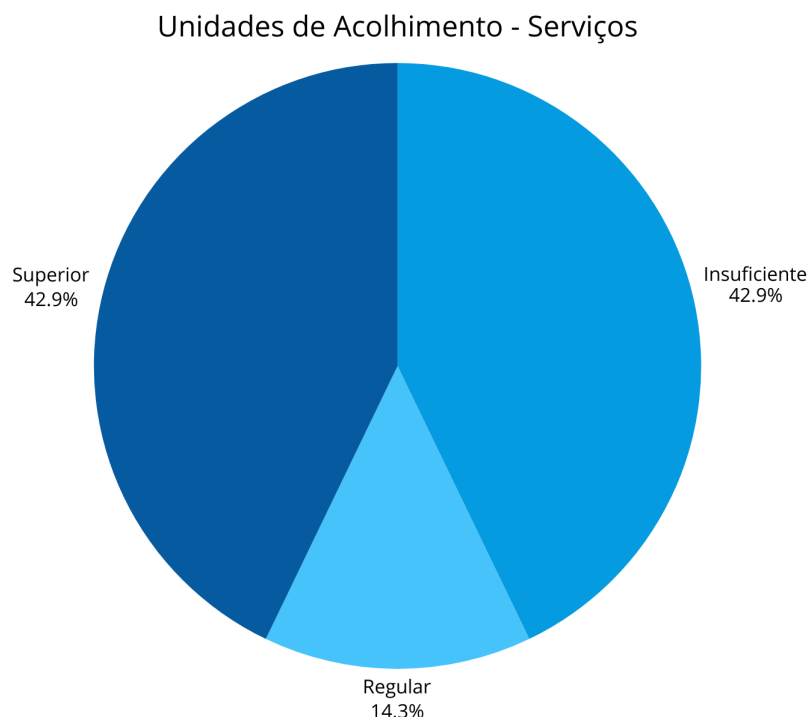
De forma geral, o cenário aponta para condições adequadas em parte das unidades de acolhimento da regional, mas observa-se a necessidade urgente de recomposição e fortalecimento de algumas equipes que atuam na alta complexidade, uma vez que a ausência ou insuficiência de profissionais impacta diretamente a qualidade do atendimento e o cumprimento dos objetivos de proteção integral. Além disso, destaca-se a importância de investir em formação continuada e educação permanente, garantindo que os trabalhadores estejam preparados para lidar com as demandas complexas dos usuários acolhidos e assegurar um serviço de caráter humanizado, ético e qualificado.

### 4.3 Serviços de Acolhimento Institucional

O Serviço de Acolhimento Institucional na regional de Ji-Paraná, apesar dos desafios estruturais relacionados à composição das equipes e às condições físicas das unidades, apresentou desempenho geral considerado satisfatório no monitoramento realizado. Do total das unidades monitoradas, 42,9% foram classificadas como insuficiente, 42,9% superior e 14,3% regular, evidenciando avanços importantes na consolidação da oferta, mesmo diante de limitações operacionais. Os resultados indicam o comprometimento das equipes na manutenção dos serviços, ainda que persistam pontos que requerem atenção e aprimoramento para assegurar o atendimento humanizado e o cumprimento integral dos objetivos da alta complexidade.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:





**Gráfico 15**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

A análise dos pontos de força e fragilidade do serviço de acolhimento institucional serão apresentados pelos segmentos em que as unidades se organizam: Crianças e Adolescentes, Mulheres e Idosos.

#### **4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.**

- **Pontos Fortes:** Em algumas unidades, observa-se que o acolhimento é ofertado conforme as orientações técnicas, com organização das rotinas, respeito aos fluxos institucionais e presença de equipe técnica ou de apoio que mantém funcionamento contínuo do serviço. Há equipamentos que executam as atividades com regularidade e atenção à proteção integral, demonstrando compreensão dos marcos normativos e compromisso com a execução do acolhimento. Em determinados contextos, a atuação é reconhecida como satisfatória ou de excelência, com acompanhamento alinhado às diretrizes e atenção às necessidades dos acolhidos, ainda que a equipe de referência pertença a outro serviço. Em geral, percebe-se esforço das unidades em garantir o acesso à convivência familiar por meio de visitas, mesmo quando estas ocorrem prioritariamente para subsidiar relatórios ao

sistema de justiça. Também se notam ações de acolhimento inicial realizadas por cuidadores, coordenação ou equipe técnica, garantindo recepção mínima aos recém-chegados.

- **Pontos Fracos:** Parte significativa das unidades enfrenta dificuldades relacionadas à ambiência institucional e ao cumprimento integral das atribuições previstas para o serviço. Em alguns equipamentos, o ambiente físico não favorece uma atmosfera acolhedora, o que pode impactar a vivência das crianças, especialmente as de menor idade. Foram observados contextos em que a unidade não possui inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, o que fragiliza institucionalmente o serviço. Em determinadas situações, o acompanhamento pela equipe técnica não ocorre de forma adequada ou contínua, havendo dependência de equipes compartilhadas com outros serviços, o que gera sobrecarga e compromete a execução. Outro ponto crítico refere-se à ausência de reuniões com familiares, à falta de atendimentos psicossociais regulares — tanto para acolhidos quanto para seus responsáveis — e à limitação do uso dos atendimentos familiares quase exclusivamente para elaboração de relatórios judiciais. Há também fragilidades no estímulo à autonomia, com acesso restrito a áreas internas e equipamentos da unidade, além da ausência de atividades comunitárias, passeios ou participação em projetos externos. Em alguns casos, os processos de recepção de novos acolhidos não mobilizam as crianças e adolescentes que já estão na unidade, o que prejudica a integração e a convivência. Também foi observada a ausência de instrumentais organizativos e de acompanhamento atualizados, bem como a falta de ações junto às famílias e a inexistência de atendimentos psicossociais sistemáticos. Em certas unidades, relatos indicam que as ações relacionadas à deficiência ou transtorno psíquico não estão plenamente adequadas às necessidades específicas dos acolhidos, revelando fragilidade da articulação com a rede.

#### **Pontos de atenção:**

- Atenção ao princípio da excepcionalidade do afastamento do convívio familiar e à provisoriedade da medida protetiva, garantindo o retorno ao convívio familiar sempre que possível.
- Ampliar a atuação da equipe técnica, indo além da produção de relatórios e do cumprimento de exigências administrativas, fortalecendo o planejamento, o acompanhamento do serviço e a atuação conjunta com os cuidadores.
- Reforçar o papel socioafetivo do cuidador, evitando a confusão de funções com os auxiliares e valorizando o trabalho voltado ao cuidado humanizado e à convivência cotidiana.

- Fortalecer a educação permanente nos serviços de acolhimento é um ponto estratégico para o desenvolvimento da rede.

#### **4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;**

- **Pontos Fortes:** O serviço demonstra esforço em manter articulação com a rede socioassistencial, ainda que com diferentes níveis de consolidação. Há indícios de que os idosos têm acesso a atividades internas relacionadas ao lazer, convivência e bem-estar, com atenção a aspectos da saúde mental por meio de ações como leitura, jogos, atividades de memória e práticas que incentivam socialização. Observa-se a compreensão da importância do apoio emocional e de espaços para expressão das necessidades subjetivas, indicando sensibilidade quanto aos impactos da solidão e da fragilidade emocional na população idosa. Em alguns contextos, há tentativas de promover momentos de lazer e cultura, sinalizando compromisso com a garantia de direitos e com a rotina institucional.
- **Pontos Fracos:** As informações analisadas apontam fragilidades no registro documental do serviço, especialmente no que se refere aos processos de referência, contrarreferência e encaminhamentos realizados junto à rede socioassistencial. Além disso, nota-se que a participação dos idosos na comunidade e em espaços de convivência ampliada ainda é limitada, indicando distanciamento das atividades coletivas e culturais externas. Outro aspecto refere-se à necessidade de maior diversificação das ações recreativas, culturais e terapêuticas, uma vez que lacunas nesse campo podem produzir isolamento e reduzir o estímulo cognitivo e emocional dos residentes. Também se observam desafios na busca ativa de familiares e na articulação com serviços como o SCFV, o que aponta para fragilidades no fortalecimento de vínculos e na permanência da convivência familiar e comunitária. Por fim, a oferta de apoio psicológico, embora reconhecida como importante, ainda não se apresenta de maneira estruturada, dificultando o acompanhamento emocional sistemático dos idosos.

#### **Pontos de atenção:**

- Garantir que o atendimento preserve o aspecto socioassistencial do serviço, sem restringir-se às práticas orientadas pela política de saúde.
- Fortalecer o trabalho sociofamiliar, mesmo em casos de vínculos familiares fragilizados, buscando estratégias de reaproximação e convivência quando possível.

#### **4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;**

- **Pontos Fortes:** O serviço possui espaço físico disponível e mantém vínculo com a rede de proteção, ainda que com baixa ocupação. A existência do equipamento demonstra comprometimento municipal com a política de enfrentamento à violência contra a mulher, garantindo a oferta formal de acolhimento emergencial. Mesmo diante da ausência de acolhidas no momento da visita, observa-se que a estrutura está mantida, permitindo o recebimento de mulheres em situações de risco imediato quando necessário.
- **Pontos Fracos:** A ausência de acolhidas há mais de seis meses revela baixa utilização do serviço, sugerindo possíveis entraves nos fluxos de encaminhamento ou pouca articulação com a rede de proteção local. A inexistência de uma equipe contratada especificamente para atuar no equipamento evidencia fragilidade estrutural e operacional, dificultando acolhimento qualificado quando há demanda emergencial. As informações indicam ainda a necessidade de compreender os motivos da pouca procura, especialmente diante do relato de ocorrências frequentes de violência na região, o que reforça a existência de lacunas no fluxo intersetorial e no acionamento do serviço. Essas condições impactam a continuidade, a efetividade e a visibilidade da oferta de acolhimento.

#### **Pontos de atenção:**

- Ampliar a articulação com projetos de inserção social produtiva e geração de autonomia, promovendo a reconstrução de trajetórias e a independência das usuárias após o período de acolhimento.

#### **4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;**

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional.

De modo geral, o monitoramento aponta que, embora as condições estruturais e de pessoal ainda representem desafios significativos, o conjunto dos serviços de acolhimento da regional de Ji-Paraná tem demonstrado capacidade de resposta e compromisso com os princípios da proteção social especial, devendo agora concentrar esforços no fortalecimento das equipes, na integração intersetorial e na qualificação das práticas socioassistenciais.

## **5. Considerações finais.**

O Monitoramento da Regional de Ji-Paraná evidencia que os municípios vêm mantendo esforços contínuos para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abrangendo tanto a proteção social básica quanto a especial. Verifica-se, contudo, que persistem desafios estruturais e operacionais relevantes, especialmente no que se refere à adequação física das unidades, à composição das equipes técnicas e ao fortalecimento das ações intersetoriais e dos processos inerentes aos serviços socioassistenciais. Ainda assim, identificam-se avanços graduais na organização dos serviços e na incorporação de práticas de gestão voltadas ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.

Torna-se essencial, nesse contexto, investir no fortalecimento da rede existente, assegurando condições estruturais, materiais e humanas adequadas para a execução dos serviços. O comprometimento da gestão, coordenação e equipes técnicas é fator decisivo para elevar os indicadores, qualificar o atendimento e consolidar práticas de trabalho alinhadas aos princípios e diretrizes da política de assistência social. De forma geral, o monitoramento evidencia uma rede em processo de consolidação, mas que ainda demanda investimentos estruturais, fortalecimento da força de trabalho e aprimoramento da capacidade de gestão. O enfrentamento desses desafios é condição essencial para garantir maior efetividade na execução dos serviços, ampliar o alcance das ações e assegurar o cumprimento dos princípios de universalidade, equidade e integralidade que orientam a política de assistência social.